

«Não parece ministro; pai parece».

Textos de ação de graças pela recuperação da saúde do conde de Oeiras (1766-1769)¹

«He does not look like a minister; a father he does». Thanksgiving texts on behalf of the Count of Oeiras' recovery (1766-1769)

PAULO DRUMOND BRAGA²

Resumo: Duas doenças sofridas por Sebastião José de Carvalho e Melo, 1.º conde de Oeiras e 1.º marquês de Pombal, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750-1756) e, depois, do Reino (1756-1777), valido do rei D. José I, a primeira nos finais de 1765 e a segunda nos alvares de 1768, foram tornadas públicas. Quando recuperou a saúde, foram publicados três textos gratulatórios, que se estudam no presente artigo, procurando apreender qual a imagem que transmitem do conde de Oeiras e da sua ação política.

Palavras-Chaves: Marquês de Pombal; conde de Oeiras; doenças; panegírico político.

Abstract: In 1765 and 1768, the Count of Oeiras, future Marquis of Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, Home Secretary and valid of King D. José I, was sick and that was made public. This paper aims to study the three texts published when he recovered the health, trying to understand what image they convey of the Count of Oeiras and his political action.

Keywords: Marquis of Pombal; Count of Oeiras, illnesses; political panegyric.

==

¹ Este artigo insere-se nas atividades do projeto *Pombalia. Para a construção de um corpus pombalino: Parte I - Os Escritos Historiográficos Pombalinos*, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/HAR-HIS/32197/2017).

² Centro de Estudos Globais, Universidade Aberta; Instituto Europeu de Ciências da Cultura Padre Manuel Antunes, Portugal. ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5043-8236>.

Introdução

Em 1765 e em 1768, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), 1.º conde de Oeiras e mais tarde 1.º marquês de Pombal – que desde 1756 desempenhava as funções de Secretário de Estado do Reino, depois de ter sobraçado, de 1750 a 1756, a pasta dos Negócios Estrangeiros e da Guerra – sofreu duas doenças que foram tornadas públicas. A recuperação da saúde deu, em ambas as ocasiões, origem a textos gratulatórios que tiveram honras de prelo. Aos mesmos já se referiram autores como Joaquim Veríssimo Serrão (Serrão, 1987: 156), António Lopes (Lopes, 2002: 233-234) e Nuno Gonçalo Monteiro (Monteiro, 2006: 217-218), o segundo com algumas imprecisões. Iremos neste artigo estudar esses três documentos com o devido pormenor, articulando-os com a propaganda política levada a efeito pelo conde de Oeiras e pelos seus partidários.

1. Entre a saúde e a doença

Carvalho e Melo foi, pelo que nos é dado perceber pelas fontes, um homem fisicamente forte, que aparentava sempre saúde. Nas suas memórias, o cardeal-patriarca de Lisboa, D. José de Mendonça, disse-o «de sua compleição sãozíssimo» (Mendonça, 2010: 212). O inglês Wraxall, que conheceu Carvalho e Melo em 1772, considerou que a idade – tinha então 73 anos – parecia em nada ter diminuído o seu vigor físico, assim como as capacidades de trabalho (Wraxall, 1837: 35).

As fontes, entretanto, registam algumas doenças sofridas ao longo dos anos. Durante a sua missão diplomática em Viena, queixou-se muitas vezes de catarro – março de 1745 (ANTT, MNE, cx. 687), setembro do mesmo ano (ANTT, MNE, cx. 513, doc. 36) e outubro de 1746 (ANTT, MNE, cx. 513, doc. 50) – e de reumatismo – julho de 1746 (ANTT, MNE, cx. 952). Pior foi o que ocorreu em março de 1747: além de reumatismo e esquinência, ou seja, amigdalite, terá sofrido uma erisipela (ANTT, MNE, cx. 513, docs. 70 e 75). Em fevereiro de 1748 teve uma forte constipação (ANTT, MNE, cx. 952) e em maio do ano seguinte escreveu, provavelmente com algum exagero, que viveu «seis semanas no perigo de ficar cego» (Correia, 1965: 169). Em março de 1749, aludiu a «dores de gota que me costuma incomodar no inverno» (ANTT, MNE, cx. 952). Já como secretário de Estado padeceu, em outubro-dezembro de 1752, uma inflamação ocular que o impediu de escrever (ANTT, MNE, cx. 559, docs. 129-131). Em setembro de 1760, o próprio se referiu a uma «moléstia de estômago e cabeça» (ANTT, MNE, cx. 613).

Cronologicamente posteriores às duas doenças que irão ser objeto de estudo neste artigo, as de 1765 e de 1768, outros males afetaram Carvalho e Melo. Em junho e julho de 1771, aos 72 anos, afligiram-no problemas de saúde não identificados nas fontes (ANTT, MNE, cx. 958 e liv. 93). Em setembro de 1773, D. Luís da Cunha Manuel informava Francisco de Almada e Mendonça, ministro plenipoten-

ciário em Roma, da «pequena incomodidade» que o seu colega de gabinete tivera numa perna (ANTT, MNE, caixa 958). Seriam de certo, uma vez mais, os efeitos da gota. Em janeiro de 1776, um outro ministro, desta feita o responsável pela diplomacia e pela guerra, Aires de Sá e Melo, reportou ao embaixador de Portugal em Paris, D. Vicente de Sousa Coutinho, que o Marquês de Pombal ia convalescendo da «pequena erisipela» que sofrera (ANTT, MNE, liv. 94), mas o próprio referiu-se ao mal então sofrido somente como «grosso defluxo» (ANTT, MNE, cx. 614), ou seja, uma forte constipação.

A partir de maio de 1779, cerca de dois anos depois de ter deixado o poder, o Marquês de Pombal, já com 80 anos, padeceu de problemas cutâneos graves que não mais o deixaram. Tratava-se, provavelmente, de prurido nodular. Em janeiro de 1780, deve ter sofrido um acidente vascular cerebral e é altamente provável que uma doença do foro oncológico o tenha incomodado nos derradeiros meses de vida, apresentando-lhe a morte. Aliado aos males do corpo, convém não esquecer o padecimento psíquico causado por todas as contrariedades ocorridas depois da sua saída do poder (Lacerda, 1922; Martins, 1939; Machado, 197: 309-310; Lopes, 2002: 225-233; Sena-Lino, 2020: 574). Morreu em 8 de maio de 1782, a cinco dias de completar 83 anos.

2. As doenças de 1765 e de 1768

Duas doenças sofridas pelo então conde de Oeiras foram tornadas públicas e terão suscitado alguma preocupação. A primeira ocorreu no ocaso de 1765 e a segunda nos alvares de 1768. Carvalho e Melo tinha, respetivamente, 66 e 68 anos.

Os relatos dos representantes diplomáticos da Inglaterra e da França dão conta de que, em finais de novembro e inícios de dezembro de 1765, o secretário de Estado dos Negócios do Reino teve uma ameaça de apoplexia. Mais acrescentam que muitos lhe desejaram então a morte, falando-se mesmo em nomes para lhe suceder. O próprio Carvalho e Melo considerou então que só um tinha capacidade para tal, Martinho de Melo e Castro, que desempenhava as funções de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal em Londres, tendo, mais tarde, sido elevado a secretário de Estado da Marinha e Conquistas (Monteiro, 2006: 217; Sena-Lino, 2020: 476-479).

Esclarecedor se revela ainda o relato da viagem a Portugal do aventureiro milanês Giuseppe Gorani: «Nunca se prolongou tanto e mais duvidosamente um estado de expectativa» em relação ao desfecho da doença do conde de Oeiras. Assim, «choravam uns fingidamente, outros simulavam alegria, conforme as notícias eram más ou boas para o doente». Mais informou que ele próprio partilhou com a família do valido de D. José I a tarefa de

nunca o deixar desacompanhado. As melhoras chegaram ao fim de cerca de 20 dias (Gorani, 1989: 127-128).

Mais precisa nos factos é a missiva de D. Luís da Cunha Manuel, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, ao embaixador português na Haia, Pedro da Costa de Almeida Salema, datada de 3 de dezembro:

Quinta-feira passada [28 de novembro] foi [o conde de Oeiras] acometido de uma sezão perniciosa de que esteve em evidente perigo. Logo foi sacramentado pelo receio que tivemos que caísse em uma apoplexia, de que estava ameaçado. Os prontos remédios que se lhe fizeram lhe evitaram este dano. (ANTT, MNE, liv. 958)

Melhorou a 29 e no dia imediato «se descobriu ser o seu mal sezões intermitentes». A 2 de dezembro, «lhe repetiu outra mas muito menos forte». Acabou por convalescer com a quinina que lhe foi ministrada (ANTT, MNE, liv. 958). É possível que se tenha tratado de um ataque de malária, ainda muito comum na época.

A segunda doença que mereceu publicação ocorreu em janeiro de 1768 (Monteiro, 2006: 217-218; Sena-Lino, 2020: 486-487). Receou-se então que uma perna do conde de Oeiras gangrenasse. Talvez se tratasse de gota, mal que, como se viu, o vinha afligindo há já alguns anos (Machado, 1979: 309-310). Mais tarde, o próprio referiu que Martinho de Melo e Castro esteve então para o substituir.

Em carta a este último, datada de 7 de janeiro, Carvalho e Melo esclareceu que se ia restabelecendo, e a 18 do mês seguinte ainda falava de alguma debilidade, «porem já me parece tenho mais algum vigor, ainda que pouco» (ANTT, MNE, liv. 119).

Em ambas estas doenças foram realizadas ações de graças pela sua recuperação e pelo menos três textos gratulatórios então produzidos conheceram honras de prelo. O já citado Giuseppe Gorani é claro a respeito do que aconteceu em 1765:

Em todas as igrejas se tinham feito preces públicas e exposto todas as relíquias. Pode dizer-se que os padres, os monges, as freiras bombardeavam o céu com toda a espécie de devoções hipócritas e de preces que saíam dos lábios, com protestos de os corações. E os grandes! Os grandes, bem mais pequenos que o ínfimo povo, esses ultrapassavam todos em servilismo, em baixezas e em orações cujas restrições mentais era fácilimo adivinhar. (Gorani, 1989: 130)

Quando houve a certeza do restabelecimento, «os grandes, os ricos negociantes evidenciavam-se nas devoções de agradecimento a Deus e aos Santos» e foram vários os «bailes e outras festas para celebrar o grande acontecimento. Um enxame de pretensos poetas publicou versos de exaltada alegria» (Gorani, 1989: 132).

3. A recuperação da saúde como pretexto para o panegírico político

Que se saiba, foram publicados dois textos gratulatórios subsequentes à doença ocorrida em 1765. O primeiro, saído no ano seguinte, foi da autoria de Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel, oficial superior da Armada, que se viria a reformar em 1791 como chefe de divisão. Foi sócio da Arcádia Lusitana e amigo do poeta Correia Garção. Publicou, além do texto agora em estudo, um soneto saudando o casamento da filha primogénita de Carvalho e Melo, Teresa Violante de Daun, com o futuro 1.º conde de São Paio, António de São Paio Melo e Castro, ocorrido em 1759, e a tradução de um elogio do corsário francês Renato Duguay-Trouin, que, em 1711, atacou o Rio de Janeiro (Silva, 1859: 133).

A Congratulação nas melhorias do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras foi dedicada ao superior hierárquico do autor, um dos irmãos de Carvalho e Melo, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que havia sido governador e capitão-geral do Grão Pará e Maranhão e desempenhava então as funções de secretário de Estado da Marinha e Conquistas.

Gaspar Pinheiro da Costa Manuel entendeu relatar o que aconteceu a 28 de novembro

de 1765, especificando que foi graças ao conselho de um dos irmãos, o eclesiástico Paulo de Carvalho de Mendonça³ que o valido de D. José I aceitou receber os sacramentos, começando de imediato a apresentar melhoras (Manuel, 1766: 3-6).

O autor prosseguiu elogiando a ação do conde de Oeiras como governante: «reconheceu, como político, que a prosperidade do Estado assenta sobre as duas firmes bases da agricultura e do comércio» (Manuel, 1766: 6). Seguidamente, elencou algumas medidas supostamente tomadas sob a sua inspiração, como a lei do cultivo das amoreiras (1752), a instituição da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1756), da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba (1759), da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas de Alto Douro (1756), da Junta do Comércio, do Erário Régio (1761) e da Intendência Geral da Polícia (1760), a concessão de novos estatutos à Real Fábrica das Sedas (1757) e ainda os vários diplomas que deram a liberdade aos índios do Brasil (1755 e 1758). Não faltaram louvores às determinações referentes à educação – como a criação da Aula do Comércio (1759) e do Real Colégio dos Nobres (1761) e o estabelecimento de aulas de ensino médio de Latim, Grego e Retórica (1759) – ou à guerra, como as diversas reformas do Exército e da

³ Desempenhava então, entre outras, as funções de deputado do Conselho Geral do Santo Ofício e de presidente do Conselho da Fazenda e Estado da Rainha. Mais tarde, foi inquisidor da corte (na prática, inquisidor-geral do reino) e presidente do Tribunal da Bula da Cruzada e do Senado da Câmara de Lisboa.

Marinha e o esforço bélico perante a invasão espanhola de 1762 (Manuel, 1766: 6-39).

Ao mesmo tempo, louvou a ação de Carvalho e Melo nos dias que se seguiram ao terramoto de 1755 – «neste teatro, ainda que triste, mostrou o senhor Conde de Oeiras que ao seu coração só se igualava o seu talento» (Manuel, 1766: 15) – e não deixou, ao relatar a revolta ocorrida no Porto, em 1757, contra a instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, de assinalar que a mão «benigna para favorecer era também poderosa para castigar» (Manuel, 1766: 19-20).

Os Jesuítas foram, naturalmente, visados nesta *Congratulação*: senhores de «sórdida cobiça», mantinham os índios do Brasil «debaixo de tirano despotismo» e atreviam-se a estar presentes nos «régios confessionários» e nos «púlpitos da sua real capela», chegando mesmo às «respeitáveis Secretarias de Estado [...] pode ser, que intercetando o sagrado régio gabinete». Por isso foram erradicados da corte (1757). Como retaliação, os inicianos teriam inspirado o «horrorosíssimo atentado» contra a vida de D. José I (1758). Carvalho e Melo teria agido «com a sua natural viveza de espírito e ativa perspicácia», seguindo-se a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal (1759). Ficou, enfim, nas palavras do autor, «a hidra ultimamente decapitada», caída «aos golpes do mais astuto braço» (Manuel, 1766: 24-30).

Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel não deixou de saudar o casamento dos futuros reis D. Maria I e D. Pedro III (1760) e o nascimento do respetivo primogénito, o príncipe D. José (1761), endossando ao conde de Oeiras alguma responsabilidade, ainda que discreta, no primeiro desses eventos (Manuel, 1766: 39-41), o que, ao que tudo indica, deve corresponder à verdade (Braga, 2013: 185-187).

O rompimento de relações entre Portugal e a Santa Sé, ocorrido em 1760 e que se iria prolongar por uma década, mereceu um esclarecimento: «Muitas vezes permite Deus estes sucessos para dar juntamente a conhecer a religião e o talento daqueles que a sua alta sabedoria escolhe para benfeitores dos humanos». De facto, o conde de Oeiras nunca teria deixado de ter «o mais pio acatamento ao Vigário de Cristo» e de manter as suas «obrigações de católico» (Manuel, 1766: 42-43).

Segundo o autor, as «sublimes qualidades» de Carvalho e Melo fizeram-no a escolha óbvia de D. José I para a sua equipa governativa, assim que cingiu a Coroa (1750). Mas Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel elogiou igualmente o soberano: «jamais se viu no mundo grande ministro sem que o fosse de grande príncipe» (Manuel, 1766: 86-87).

O autor concluiu o seu texto de forma que não surpreende: «Agradeçamos cheios de humildade ao Deus omnipotente o bem de nos salvar a vida do nosso benfeitor. Deitemos

sobre o fogo novos incensos, purifiquemos nas limpas consciências os votos e as depreciações» (Manuel, 1766: 88).

Assinalando ainda a recuperação do mal sofrido em 1765, foi publicado, em 1768, um sermão proferido na Igreja de Santo Amaro de Lisboa, por António José Palma, presbítero secular e cura da paroquial de São Martinho, autor de quem muito pouco se sabe, somente que assinou um outro opúsculo recitado em dia de Santa Maria Madalena no oratório da Casa da Correção e igualmente publicado em 1768 (Silva, 1923: 303).

A *Oração gratulatoria* foi mandada imprimir por Diogo José de Oliveira Ferreira e Cunha, auditor de artilharia da corte e província da Estremadura, que assinou uma dedicatória ao próprio Carvalho e Melo.

Fica a saber-se que a Santo Amaro havia sido pedida intercessão para a recuperação da saúde do secretário de Estado, daí a oração ter sido proferida na igreja de invocação ao beneditino do século VI: «Por quantas e quão pesadas infelicidades não passaríamos todos nós, que fúnebres trevas não enlutariam as nossas almas, se Deus não escutasse as súplicas deste seu povo, se não atendesse ao peditório de Amaro, seu valido» (Palma, 1768: 22).

Como seria de esperar, a ação de Carvalho e Melo foi altamente elogiada, concretizando-se as medidas contra os efeitos do terramoto de 1755; a repressão da suposta tentativa

de regicídio de 1758, considerada «sacrílego atentado» (Palma, 1768: 30); a expulsão dos Jesuítas, classificados como «monstros da febreza, da impiedade», «charcos de envenenadas doutrinas», «peste do mundo», «soberbos para com as gentes, ímpios para com o rei, desleais e corrompidos na moral para com Deus» (Palma, 1768: 30); e ainda a defesa do reino face à agressão espanhola (1762). Louvaram-se ainda na ação do conde de Oeiras os progressos nas artes e nas ciências e o florescimento do comércio e da Marinha (Palma, 1768: 30-37).

António José Palma não deixou de valorizar uma suposta religiosidade profunda de Carvalho e Melo, aludindo à «reverência com que este excelentíssimo ministro trata as coisas da religião», à «incansável fadiga com que trabalha para que os Portugueses cumpram da mesma sorte com» os deveres de católicos e ainda à «compostura e gravidade com que assiste a todas as funções sagradas» (Palma, 1768: 25).

A concluir a sua *Oração gratulatoria*, o autor, que classificou o conde de Oeiras como «portentoso herói», não deixou de assinalar «o quanto é para nós preciosa a sua vida», esperando que Deus, por intercessão de Santo Amaro, prolongasse a vida do Secretário de Estado, «coluna» que sustentava a monarquia portuguesa e «que hoje a faz ombrear, antes exceder, às mais luzidas do universo» (Palma, 1768: 37 e 38).

Dizendo provavelmente respeito à segunda das referidas doenças, a de 1768, Manuel de Macedo Pereira de Vasconcelos proferiu, em data desconhecida, na igreja lisboeta de Santa Joana, uma *Oração gratulatoria pela continuação da vida* de Carvalho e Melo, que foi editada em 1769. Contém uma dedicatória à condessa de Oeiras, segunda mulher do valido, assinada pelo já referido Diogo José de Oliveira Ferreira e Cunha, uma vez mais o responsável pela publicação do texto (Vasconcelos, 1769).

O autor nascera em 1726 na colónia do Sacramento, território ao sul do Brasil então na posse da Coroa portuguesa. Ingressou nos Oratorianos, tendo chegado a lecionar no Hospício das Necessidades, mas abandonou a congregação em 1760, tornando-se presbítero secular. Foi um afamado pregador, aparentemente muito apreciado pelo rei D. José I, e pertenceu à Arcádia Lusitana. Morreu algures depois de 1788. Publicou sermões, poemas e textos encomiásticos diversos (Almeida, 2003: 443-44; Topa, 2004).

A *Oração gratulatoria* começa por defender a ideia de que aquele que a 18 de setembro de 1770 se tornaria Marquês de Pombal era alguém que dia e noite se empenhava em promover os interesses de Portugal e em dilatar-lhe a glória: «é o bem da sociedade que o inflama» (Vasconcelos, 1769: 1-2). De Deus teria recebido dons «para sustentar a honra do rei» e «fazer florescente, talvez temido, o Lusitano Império» (Vasconcelos, 1769: 2-3). Conside-

rado uma «dádiva verdadeiramente celeste», era um sinal da proteção divina a Portugal dispensada desde o tempo de D. Afonso Henriques (Vasconcelos, 1769: 6-9). Dotado de um «génio naturalmente afável», não espantava que não houvesse «pretendente» a que não atendesse «com urbanidade» e «com amor». Em suma, «não parece ministro; pai parece» (Vasconcelos, 1769: 11).

Outra faceta da personalidade do conde de Oeiras foi evidenciada pelo autor:

Com que reverência não trata as coisas santas!
Com que rendida sujeição não obedece à Cabeça da Igreja! Que expressões mais humilidades que as suas quando fala no Papa, como vigário de Jesus Cristo! Que protestações mais fiéis, que adesão às verdades ortodoxas? (Vasconcelos, 1769: 31)

Carvalho e Melo seria, na opinião de Manuel de Macedo Pereira de Vasconcelos, o principal responsável por medidas relevantes tomadas no reinado de D. José I. A hora do sismo de 1 de novembro de 1755 foi significativa: «Só no seu semblante se não conhecia medo, menos se conhecia nas suas maduras providências» (Vasconcelos, 1769: 16). Nos anos seguintes, dotara um Brasil alegadamente subaproveitado, com companhias de comércio. Criara ainda fábricas para superar a suposta decadência da atividade transformadora de Portugal (Vasconcelos, 1769: 12-13). Mandou substituir vinhas, «se não absolutamente inú-

teis, pouco proveitosas», por úteis terras de «tão precioso trigo» (Vasconcelos, 1769: 14-15). Tomou também importantes medidas relativamente ao Exército, à Marinha, à Fazenda Real e aos Estudos Menores (Vasconcelos, 1769: 19-20). Para além disso, expulsou a Companhia de Jesus – «que pelas suas péssimas cabalas perturbava a doce paz do Estado, perturbava o público repouso» (Vasconcelos, 1769: 22-23) – e estabeleceu a liberdade dos índios do Brasil (p. 29). Todas as suas «brilhantes qualidades» e «sólidas virtudes» faziam acender nos corações os «cândidos desejos de que seja dilatadíssima a sua vida» (p. 31). A exortação final do autor é claríssima: «Deus, justo Deus, conservai-nos o Grande, o Incomparável Conde» (p. 32).

Em jeito de conclusão

Os três panegíricos analisados exaltaram as alegadas qualidades de Carvalho e Melo como governante, atribuindo-lhe as medidas tomadas para incrementar a agricultura, o comércio, o ensino, o Exército e a Marinha, entre outras. Também evidenciaram a forma como lidou com os efeitos do terramoto de Lisboa (1755) e da guerra com Espanha (1762). A Companhia de Jesus apareceu sempre diabolizada, no âmbito de uma violenta e eficaz campanha que a administração josefina-pombalina levou a cabo dentro e fora de Portugal

(Franco, 2006: 319-627; Vogel, 2017). Praticamente tudo o que de bom – bem entendido, na opinião dos autores – se fez entre 1750 e as datas em que os textos foram escritos, foi quase em exclusivo endossado ao conde de Oeiras e apenas um dos autores, Gaspar Pinheiro da Câmara Manuel, referiu o rei D. José I. De sublinhar ainda a particularidade de os três panegíricos salientarem a religiosidade do secretário de Estado. Além do que é recorrente em textos do género, parece ter havido aqui algo mais, a necessidade de contrariar uma ideia, já divulgada em alguns meios, de que o conde de Oeiras seria um mau católico, se não mesmo irreligioso.⁴

Em 1765 e 1768, Carvalho e Melo tinha já o seu poder relativamente bem consolidado. Ao que tudo indica, embora tenha sido, desde cedo, o principal decisor político, teve inicialmente de contar com alguma oposição, que aliás se veio a manifestar numa fracassada conspiração, que ditou o afastamento de Diogo de Mendonça Corte Real e outros políticos (1756). A consagração tornou-se evidente com a sua elevação a secretário de Estado dos Negócios do Reino (1756) e a atribuição do título de conde de Oeiras (1759) (Monteiro, 2006: 74-76, *passim*; Sena-Lino, 2020: 279-495). Seja como for, como bem lembrou Joaquim Romero Magalhães, há sempre que ter em linha de conta os

⁴ O próprio sentiu necessidade de se defender desta acusação, já depois de ter saído do poder, numa das suas famosas apologias. A ideia tem sido, quase até aos nossos dias, explorada por autores filopombalistas e antipombalistas. Cf. Franco, 2007: 21-22; Sena-Lino, 2020: 473; Braga, 2021.

outros Secretários de Estado, que nem sempre estiveram de acordo com as suas orientações e que não raro procuraram eliminar-lhe a ascendência. Por outro lado, a chamada política pombalina nunca foi algo de homogêneo ou de coerente ao longo dos anos. «Além de respostas às conjunturas e acontecimentos inesperados, há incongruências próprias da personagem principal e há outros protagonistas a considerar» (Magalhães, 2004: 9)

Por esses mesmos anos de 1765 e 1768, o conde de Oeiras dispunha de um não despidendo grupo de apoiantes, recrutados entre os mais diversos sectores da sociedade e colocados em postos-chave no reino e no império. Incluía dois dos seus irmãos, Francisco Xavier de Mendonça Furtado e Paulo de Carvalho de Mendonça, já anteriormente referidos, e o filho mais velho, Henrique José de Carvalho e Melo, que mais tarde se tornou 2.º marquês de Pombal. O valido chegou mesmo a preparar um sucessor, José de Seabra da Silva, que, contudo, veio a cair em desgraça (Serrão, 1989: 117). Este grupo criou do Secretário de Estado dos Negócios do Reino a imagem pública de alguém que não só era indispensável, mas a quem se deviam as mais relevantes medidas políticas tomadas desde a subida ao trono de D. José I (Monteiro, 2006: 166-167). Nesta construção radica muito do mito do Marquês de Pombal, que só em anos mais recentes começou a ser desmontado pelos historiadores.

Quando, algum tempo volvido sobre as doenças de 1765 e de 1768, concretamente em 1775, por ocasião da inauguração da estátua equestre de D. José I no Terreiro do Paço, fracassou uma real ou imaginária tentativa de assassinar o seu valido – que viria a culminar no sumaríssimo processo e na subsequente execução, com requintes de crueldade, do pintor genovês Giambattista Pelle, cuja culpa nunca ficou cabalmente provada (Monteiro, 2006: 257-258; Sena-Lino, 2020: 528-529) –, voltaram a repetir-se as ações de graças e as peças gratulatórias onde se valorizaram as supostas qualidades de governante do Marquês de Pombal (Braga, 2015).

Este tipo de textos aqui estudados insere-se numa literatura encomiástica de longuíssima tradição em Portugal, da autoria de leigos e de eclesiásticos. Visava sobretudo os elementos da família real, mas igualmente outras figuras, como aristocratas, bispos e inquisidores. Louvavam-se reais ou imaginárias qualidades e, quando era caso disso, agradecia-se a Deus a continuação da vida dos elogiados, de quem se pretendia, obviamente, obter algum tipo de dividendos (Rebelo, 1997). Dois dos documentos que aqui se trataram, saídos das penas de eclesiásticos e recitados antes de serem publicados, integram o género parenético, muito comum na época, e que tem merecido algum interesse por parte da historiografia portuguesa (Marques, 2001).

Bibliografia

Manuscrita

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), cx. 513, docs. 36, 60, 70, 75; cx. 559, docs. 129, 130, 131; cx. 613; cx. 614; cx. 687; cx. 952; cx. 858; liv. 93; liv. 94; liv. 119; liv. 958.

Impressa

Almeida, P.M.R. de (2003). *Dicionário de autores no Brasil colonial*. Colibri. Lisboa;

Braga, I.D. (2015). Eloquência e poder político: O púlpito madeirense ao serviço do Marquês de Pombal. Em: J.E. Franco e J.P. Oliveira e Costa (eds./coords.). *Diocese do Funchal. A primeira diocese global. História, cultura e espiritualidades*. Diocese do Funchal/Esfera do Caos. Funchal. Vol. I;

Braga, P.D. (2013). *D. Pedro III. O rei esquecido*. Círculo de Leitores. Lisboa;

Braga, P.D. (2021). Descendentes e apologistas do marquês de Pombal: João de Saldanha Oliveira e Sousa e João de Carvalho Daun e Lorena. Polémicas novecentistas. *Revista Diálogos Mediterrânicos*, **21**: 103-119;

Correia, M.A.R. (1965). *Sebastião José de Carvalho e Mello na corte de Viena de Áustria. Elementos para o estudo da sua vida pública (1744-1749)*. Instituto de Alta Cultura/Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras/Centro de Estudos Históricos. Lisboa;

Franco, J.E. (2006-2007). *O mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (séculos XVI a XX)*. Vol. I – *Das origens ao Marquês de Pombal*. Vol. II – *Do Marquês de Pombal ao século XX*. Gradiva. Lisboa;

Gorani, G. (1989). *Portugal, a corte e o país nos anos de 1765 a 1767*. (Ed. de C. B. Chaves). Lisboa; Li-sóptima. Lisboa;

Lacerda, T. (1922). As últimas doenças do marquês de Pombal. *Archivos do Instituto de Medicina Legal de Lisboa*, **5** (1): 147-191;

Lopes, A. (2002). *Enigma Pombal. Nova documentação. Tentativa de interpretação*. Roma Editora. Lisboa;

Machado, J.T.M. (1979). *Quem livrou Pombal da pena de morte*. Academia Portuguesa da História. Lisboa;

Magalhães, J.R. (2004). Sebastião José de Carvalho e Melo e a economia do Brasil. *Revista de História Económica e Social*, **8**: 9-35;

Manuel, G.P. da C. (1766). *Congratulação nas melhorias do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras [...]*. Miguel Manescal da Costa. Lisboa;

Marques, J.F. (2001). Oratória sacra ou parenética. Em: Azevedo, C.M. (ed.). *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa/Círculo de Leitores. Lisboa. Vol. 4. pp. 471-510;

Martins, R. (1939). *O Marquês de Pombal desterrado. 1777-1782*. Empresa Nacional de Publicidade. [Lisboa];

Mendonça, F.F. de (2010). *O cardeal-patriarca de Lisboa Dom José de Mendonça. O homem e o seu tempo (1725-1808)*. Universidade Lusíada. Lisboa;

Monteiro, N.G. (2006). *D. José na sombra de Pombal*. Círculo de Leitores/Universidade Católica Portuguesa/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa. [Lisboa];

Palma, A.J. (1768). *Oração gratulatoria, que pelas melhoras no Ill. e Exc. Senhor Conde de Oeiras recitou [...]*. Oficina de José da Silva Nazaré. Lisboa;

Rebelo, L. de S. (1997). Panegíricos. Em: Coelho, J. do P. (ed.). *Dicionário de Literatura*. (4.^a ed.). Figueirinhas. Porto. Vol. 3. pp. 782-785;

Sena-Lino, P. (2020). *De quase nada a quase rei. Biografia de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal*. Contraponto. Lisboa;

- Serrão, J.V. (1982). *O Marquês de Pombal. O homem, o diplomata e o estadista*. (2.^a ed.). [Câmara Municipal de Lisboa]. Lisboa;
- Serrão, J.V. (1989). Pombal, marquês de. Em: *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Alfa. [Lisboa]. Vol. 2. p. 117;
- Silva, I.F. da (1859). *Dicionário bibliográfico português*. Imprensa Nacional. Lisboa. Tomo 3;
- Silva, I.F. da (1923). *Dicionário bibliográfico português*. Imprensa Nacional. Lisboa. Tomo 22;
- Topa, F. (2004). Seis poemas inéditos do brasileiro Manuel de Macedo Pereira de Vasconcelos. *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, **21**: 303-313;
- Vasconcelos, M. de M.P. de (1769). *Oração gratulatoria pela continuação da vida do Ill. e Excel. Senhor Conde de Oeiras*. José da Silva Nazaré. Lisboa;
- Vogel, C. (2007). *Guerra aos Jesuítas. A propaganda antijesuítica do Marquês de Pombal em Portugal e na Europa*. Temas e Debates/Círculo de Leitores. Lisboa;
- Wraxall, N.W. (1837). *Historical Memoirs of my own Time. Part the First, from 1772 to 1780. Part the Second, from 1781 to 1784*. Carey, Lea e Blanchard. Philadelphia.